



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**VIOLÊNCIA SEXUAL E CULTURA DO ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA CIDADE DO
RECIFE/PE**

Silvana Crisostomo da Silva
silvanasilva103@gmail.com
Centro Universitário Maurício de Nassau
Brasil

Marcones Oliveira Barboza
marcones.geo@gmail.com
Universidade Federal de Pernambuco
Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Este estudo trata de uma pesquisa em andamento, acerca da violência sexual na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Em um país que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, as histórias de violência são diversas, os números são alarmantes. A violência antes de tudo não parte da individualidade, mas se constitui enquanto construção social. Isso não significa dizer que a violência é algo indissociável ao ser humano, mas que está relacionada à organização da sociedade. A partir disso, pode-se discutir a violência associada ao regime do patriarca, ou seja, o patriarcado. No qual, mantém os homens como superiores às mulheres, empregando ao homem a noção de força, potência e virilidade; e à mulher, a doçura e sensibilidade. Nesse processo, cria-se um modo de vida em que as relações de violência do homem contra a mulher são permitidas e naturais, visto a superioridade de um para com o outro. O patriarcado se intensifica sob a ordem do capital, que mercantiliza a tudo e todos. Nesse sentido, torna a mulher uma mercadoria, um objeto, sempre disponível ao bel prazer dos homens. Diante disso, a violência contra a mulher possui o caráter de permissibilidade e naturalidade, ocorrendo tanto no espaço privado quanto no público. Quanto à violência no espaço público, torna-se comum a violência sexual, sustentada em uma cultura do estupro. Dessa forma, este estudo tem o intuito de analisar a relação da cultura do estupro ao aumento da violência sexual, na Cidade do Recife/PE. Para isso, nos reportamos ao método crítico de análise da realidade, com a adoção de pesquisa bibliográfica (principalmente, os textos da autora Heleieth Saffioti) e pesquisa documental (os principais jornais da cidade do Recife). A cultura do estupro reporta à culpabilização das vítimas, constituindo em instrumento de dominação e de manutenção de poder. Materialmente, se expressa nas acusações das vítimas, quanto às vestimentas (*shorts* ou saias curtas), cor do batom (vermelho, principalmente), horários que frequentam o espaço público, ingestão de álcool, etc. Durante os últimos casos de violência sexual na cidade do Recife, houve uma entrevista coletiva com o governador do Estado de Pernambuco, que solicitava cautela às mulheres, a fim de “evitar” o estupro. A partir dessa interpretação, a problemática não está inserida em um regime que naturaliza a violência contra a mulher, seja qual for o tipo; mas a insere no comportamento das mulheres, como se a violência fosse provocada. Portanto, o fim da violência sexual deve estar atrelado à desconstrução da cultura do estupro; também à uma nova forma de gestar a cidade, tornando-a segura para mulheres. Destaca-se a necessidade de superação do patriarcado e construção de uma sociedade sem exploração de gênero e classe.

Palavras-chave: Violência Sexual; Cultura do Estupro; Patriarcado.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This study deals with an ongoing research on sexual violence in the City of Recife, State of Pernambuco, Brazil. In a country where a woman is raped every 11 minutes, the stories of violence are diverse, the numbers are alarming. Violence, above all, is not part of individuality, but constitutes a social construction. This is not to say that violence is something inseparable from the human being, but that it is related to the organization of society. From this, one can discuss the violence associated with the regime of the patriarch, that is, the patriarchy. In which, he keeps men as superior to women, employing man the notion of strength, power and virility; and to the woman, the sweetness and sensitivity. In this process, a way of life is created in which the relations of violence of the man against the woman are allowed and natural, since the superiority of one towards the other. Patriarchy is intensified under the order of capital, which commodifies everything and everyone. In this sense, it makes women a commodity, an object, always available to the pleasure of men. Faced with this, violence against women has the character of permissibility and naturalness, occurring in both private and public space. As for violence in the public space, sexual violence is common, supported by a culture of rape. Thus, this study intends to analyze the relationship of rape culture to the increase of sexual violence, in the City of Recife/PE. To that end, we report on the critical method of analysis of reality, with the adoption of bibliographical research (mainly the texts of the author Heleieth Saffioti) and documentary research (the main newspapers of the city of Recife). The culture of rape refers to the blame of the victims, constituting an instrument of domination and maintenance of power. Materially, it is expressed in the accusations of the victims, regarding the clothes (shorts or short skirts), lipstick color (red, mainly), schedules that attend the public space, alcohol consumption, etc. During the last cases of sexual violence in the city of Recife, there was a press conference with the governor of the state of Pernambuco, who asked for caution to the women in order to "avoid" rape. From this interpretation, the problem is not part of a regime that naturalizes violence against women, regardless of the type; but inserts it into the behavior of women, as if violence were provoked. Therefore, the end of sexual violence must be linked to the deconstruction of the culture of rape; also a new way of managing the city, making it safe for women. It stands out the necessity of overcoming the patriarchy and the construction of a society without exploitation of gender and class.

Keywords: Sexual Violence; Rape Culture; Patriarchate.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Este estudo trata de uma pesquisa em andamento, acerca da violência sexual na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Em um país que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, as histórias de violência são diversas, os números são alarmantes. Em 2017, foram registrados 2.134 casos de estupros no Estado de Pernambuco, já em Recife¹, totalizaram 396 casos². Neste sentido, parte-se do pressuposto de que a incidência da violência sexual é reforçada pela responsabilização e culpabilização das mulheres. Assim, este estudo tem o intuito de analisar a relação da cultura do estupro e da violência sexual, na Cidade do Recife/PE. Para isso, nos reportamos ao método crítico de análise da realidade, com a adoção de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, a partir de matérias de jornais online.

II. Violência Sexual e Cultura do Estupro na Contemporaneidade

A violência contra mulher não deve ser tratada pelas relações individuais, mas coletiva visto a organização da sociedade. Diante disso, pode-se apontar que a referida violência guarda relação intrínseca ao sistema do patriarcado, a partir da apreensão de que “as relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres.” (SAFFIOTI, 2015, p.111).

De acordo com a autora, as pré-condições para o surgimento do patriarcado datam de mais de 7.000 mil anos. Com o surgimento do modo de produção capitalista existe a simbiose com o patriarcado, ultrapassando a condição de dominação para tornar em dominação-exploração, como aponta Saffioti,

¹ Recife possui 1.537.704 habitantes. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2vto6>>. Acesso em: 30.nov.2017.

² Disponível em: < http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=35cd60cc-59c9-465b-b0e6-cf44ebaea735&groupId=124015>. Acesso em 10.jan.2018.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos.” (2015, p.113)

O controle sob as mulheres, exercido pelos homens, pressupõe não só a exploração da força de trabalho, determinando a precarização/subalternidade dessa relação, como a dominação dos corpos e sexualidade. Nesse sentido, a violência arraigada e inerente ao patriarcado se acirra com a mercantilização das mulheres no capitalismo. A realidade em questão torna-se naturalizada e permitida, tendo em vista a construção social conservada em torno desses sistemas.

A partir disso, a violência contra mulher ocorre tanto no espaço “privado” como no “público” – este último ofertado aos homens, sendo naturalizada perante a sociedade. As mulheres que fazem uso do espaço público encontram-se “falaciosamente” mais vulneráveis à violência, já que não deveriam ocupar tais espaços, entendidos como as ruas, o mercado de trabalho, a política, etc. Sendo assim, as mulheres que se tornam responsáveis para evitar a violência, já as que sofrem são culpabilizadas, cabendo destaque, para a violência sexual.

De acordo com a lei brasileira Maria da Penha (Nº11.340/2006), a violência sexual é,

[...] entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. (BRASIL, 2006).

A violência sexual tratada, especificamente o estupro, é configurado em relação sexual não consentida. A mulher, vítima do estupro, geralmente, é culpabilizada, ou seja, é culpada por não ter evitado tal violência. Este processo denominou-se como “cultura do estupro”. Materialmente, se expressa nas acusações das vítimas, quanto às vestimentas (*shorts* ou saias curtas), cor do batom (vermelho, principalmente), horários que frequentam o espaço público, ingestão de álcool, etc.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No Brasil, a cultura do estupro ganhou maior visibilidade no caso do estupro coletivo cometido contra uma adolescente de 16 anos, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. A violência foi praticada por 33 homens e registrada por um vídeo feito e divulgado nas redes sociais. Quando a denúncia foi realizada, a adolescente violentada foi questionada pelo delegado se antes houvera feito sexo em grupo (RADIS, 2016), além disso, a sociedade levantou diversos julgamentos como “16 anos, mas já tem um filho”, “parece que tava drogada”, “também, com essas roupas”, “mereceu”..., conforme comentários nas redes sociais, sendo evidenciados em charges denunciando a cultura do estupro³.

Segundo a antropóloga Lia Zanotta Machado,

A chamada cultura do estupro vem de uma história de longa duração, presente nos códigos penais e civis, que estabeleciam concretamente a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. No período colonial, basicamente o chefe de família tinha o poder de posse sobre as mulheres e os filhos, como se fossem escravos ou servos. Isso marcou o masculino. Já não está mais na nossa constituição, desde 1988, que fala da igualdade de gênero, mas a legitimidade da ideia de posse e da desigualdade persistem. No Brasil Colônia, estupro era só contra uma mulher virgem. Isso ainda está na nossa memória. Estupro seria contra mulher virgem, “honesta”, fiel, casada. Assim, existe a ideia de que, contra todas as outras mulheres, elas é que teriam provocado. A legislação muda, mas até há pouco tempo o estupro era um crime contra os costumes, não contra dignidade da pessoa. Ainda vigora a ideia de que, quando as mulheres dizem não, elas na verdade estão dizendo sim. Porque “caberia” elas dizer não, mas na verdade elas “querem”. Então você nega a palavra da mulher, você não dá valor ao corpo da mulher, à pessoa... Tudo é objeto de posse do homem. (RADIS, 2016, p.21)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a cultura do estupro é disseminada historicamente, alicerçada no patriarcado e legitimada por várias esferas, como a própria legislação, serviços públicos, mídia (jornal, televisão, redes sociais), etc. A partir disso, no próximo tópico, coube a discussão sobre a cultura do estupro na cidade do Recife, no Estado de Pernambuco/Brasil, visto a incidência de estupros em vias públicas e o consequente enfrentamento dos gestores locais, que incidiu na responsabilização das mulheres com ações que “evitassem” a referida violência sexual, ou seja, um reforço na dita cultura do estupro.

³ Disponível em: <<https://i2.wp.com/humorpholitico.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Gente-de-Bem-Estupro-no-Rio-580x409.jpg?resize=580%2C409>>. Acesso em: 30.nov.2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Cultura do Estupro na cidade do Recife/PE

A cidade do Recife conta com um crescente número de casos de estupro, de acordo com o documento “Evolução anual dos números de vítimas de estupro em Pernambuco por região – Janeiro de 2004 a Dezembro de 2016”. Em 2004, foram notificados 94 casos de estupro, já em 2016, esse número mais que quadruplicou, foram 428 casos registrados. Atualmente, a cidade do Recife conta com aproximadamente 20% dos casos de estupro quando comparado ao número do Estado de Pernambuco, salientando que o Estado conta com 184 cidades.

A precariedade na segurança pública em Recife, quanto à violência sexual tomou repercussão com a alta incidência de estupro contra mulheres na Zona Norte da cidade, em 2016. Os atos, em sua maioria, foram cometidos durante o dia, com a abordagem em vias públicas. Diante disso, instaurou-se um medo coletivo entre as mulheres. Saffioti (2015, p.129) destaca que “o patriarcado se baseia no controle e no medo, atitude/sentimento que formam um círculo vicioso”. A Polícia Militar de Pernambuco, como resposta forneceu uma série de orientações, o que chamou bastante atenção dos movimentos feministas, tais quais:

- Nas saídas sociais, evitar o exagero no uso da bebida alcoólica e tomar cuidado com a presença de pessoas estranhas e aquelas que acabou de conhecer;
- Procurar andar na companhia de pessoas de sua confiança;
- Manter sua identidade em sigilo e evitar exposição pessoal em redes sociais⁴.

O governador do Estado de Pernambuco ainda reforçou as referidas orientações, solicitando às mulheres que as seguissem e também tivessem cautela. O movimento feminista Marcha Mundial das Mulheres (MMM) de Pernambuco, lançou uma nota pública, com destaque para a denúncia da cultura do estupro presente em tais afirmações dos gestores públicos,

Daí porque provoca repúdio a declaração do hoje Governador de Pernambuco, Senhor Paulo Câmara que, em meio ao contexto do golpe contra as instituições democráticas do país, deixa claro seu completo desrespeito com os compromissos da administração pública e com

⁴ Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/09/15/governador-fala-sobre-aumento-da-violencia-e-pede-cautela-a-mulheres-253015.php>>. Acesso em: 20.set.2016.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a manutenção do Estado Democrático de Direito, ao promover o aprofundamento da desigualdade de gênero, da discriminação e coisificação da mulher e, principalmente, da responsabilização e culpabilização da vítima.

Ao Senhor Paulo Câmara deixamos um recado: a sua preocupação deveria ser com o aprimoramento de sua gestão a fim de efetivar a segurança pública para todas as cidadãs e todos os cidadãos de Pernambuco e não a de responsabilizar as mulheres estupradas e agredidas em meio ao descaso do seu governo que, sem dialogar com os movimentos sociais e sem ouvir as exigências das ruas, assiste de braços cruzados o aumento do índice de estupro em todo o Estado.

A culpa NUNCA é da vítima.⁵

A desigualdade entre homens e mulheres é evidenciada através da cultura do estupro, que destina as mulheres ao espaço privado e os homens ao espaço público. Quando as mulheres ocupam o espaço que lhe é negado, sujeitam-se à responsabilização e culpabilização em casos de violência. A exemplo disso, concomitante às afirmações dos gestores públicos, houve o lançamento do “Vagão Rosa”, no sistema de metrô do Recife, com a utilização, apenas, pelas mulheres, com horários e dias fixos. Após um ano, a proposta não prosperou, segundo usuária do serviço “continuamos andando assim, nessa situação constrangedora para chegar ao trabalho ou em casa. Muitos respeitam as mulheres, mas outros se aproveitam”⁶.

Diante disso, pode-se apontar que enquanto a violência contra a mulher não for tratada como uma questão estrutural, pouco se pode avançar em seu enfrentamento. A violência sexual não é uma satisfação biológica, mas social visto que se trata de uma relação de poder, de desigualdade, de controle dos homens e submissão das mulheres, que se perdura e acirra na cidade.

IV. Mulheres e Direito à Cidade

Os fatos apresentados anteriormente evidenciam da maneira mais violenta que o espaço público, da forma como é constituído, não é pensado para as mulheres. Pior que isso. Na forma que o espaço urbano é constituído, ele se torna mais um espaço de opressão de gênero. Essas expressões

⁵ Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/09/15/nota-de-repudio-contra-as-declaracoes-machistas-de-paulo-camara-governador-de-pernambuco/>>. Acesso em: 20.set.2016.

⁶ Disponível em: < <http://jc.ne10.uol.com.br/blogs/deolhonotransito/2017/08/27/vagao-rosa-fracassa-no-metro-do-recife/>>. Acesso em: 30.nov.2017.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

do patriarcado que são evidentes nas cidades, se deve ao fato do espaço urbano ser uma reprodução das relações sociais de produção.

[...] é na cidade, devido ao seu grau de concentração espacial, que aflora mais claramente a contradição de classes, tão nítida na paisagem dos bairros. É no urbano que se manifestam mais claramente as relações de produção capitalistas e onde a violência se faz maior. (...) a cidade é o campo privilegiado das lutas de classe. Se por um lado o espaço urbano é cada vez mais socializado (tanto no que se refere ao potencial de expansão, quanto no que se refere à sua produção), por outro lado a sua apropriação é privada (a diferença entre bairros expressa isso claramente (CARLOS, 2011, p.78)

Nessa relação, a cidade torna-se mercadoria. Assim, o direito à cidade é negado para aqueles e aquelas que não podem comprá-la. O direito que cada cidadão e cidadã tem de usufruir do espaço urbano. O direito e o acesso aos serviços públicos como saúde e educação. O direito a um transporte público e moradia de qualidade. O direito ao trabalho e aos espaços de lazer. Enfim, a democratização do uso e da ocupação do solo urbano, em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses particulares.

Existem diversas tentativas de combate à violência sexual nas cidades. Elas podem se dar pelo aumento de efetivo policial, pela iluminação das vias públicas ou pela ampliação da frota do transporte público. Essas, mesmo que comprovadamente ajudem a coibir esse tipo de violência, são pouco adotadas nas áreas periféricas. Outras medidas, mais simples do ponto de vista operacional, além de não solucionarem os problemas, contribuem ainda mais para a segregação, como é o caso dos vagões específicos para mulheres nos metrô, como já citamos. Nesses casos, em que são propostas soluções pontuais, a violência sexual e a questão urbana são compreendidas pelas autoridades responsáveis de forma individualizadas e não como questões estruturais.

O espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica. É na vida cotidiana como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos, etc. Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os indivíduos (fundamentalmente nos países subdesenvolvidos) (ibid, p.79)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Essas contradições tornam precária a vida da classe trabalhadora na cidade. Ainda mais precária para as mulheres, que enfrentam as dificuldades impostas pelas relações de classe do trabalho produtivo (no espaço público), mas que ainda carregam a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo (no espaço privado) imposto pelo patriarcado. Diante disso, cabe como enfrentamento da violência sexual, com destaque para o espaço público, transformar as cidades,

Fala-se na construção de uma cidade democrática e livre. Para que isso ocorra é necessária uma pré-condição: a existência de homens livres. E a cidade não deve ser entendida como valor de troca e suas áreas mantidas como reservas de valor. Impõe-se pensar a cidade não enquanto materialização das condições gerais do processo de reprodução do capital, mas da vida humana em sua plenitude. É fundamental superar a contradição da lógica do atual sistema entre valor de uso e de troca. O novo urbano seria produto de outras relações e não das fundamentadas na subordinação dos indivíduos na segregação social. O trabalho teria um novo conteúdo. A nova configuração espacial seria produto das novas relações entre as pessoas, realizadas em função de novos valores (p.89)

Pensar a segurança das mulheres nos espaços públicos, pensar o fim da violência sexual e da cultura do estupro pressupõe a construção de cidades com serviços e igualdade, de fato, democráticas. Portanto, a reforma urbana é constituinte para o processo de ruptura com o sistema do patriarcado e do capitalismo.

V. Conclusões

A crescente violência sexual contra as mulheres é inerente ao sistema patriarcal, que pressupõe controle e dominação das mulheres pelos homens. Entretanto, perpetua-se a responsabilização e culpabilização das mulheres pela violência sofrida, chamada de “cultura do estupro”. Esse processo se evidencia por julgamentos e naturalizações da violência, sendo disseminado nas mídias, serviços públicos, declarações de gestores, etc.

No caso tratado neste trabalho, ocorrido na cidade do Recife, situada no Estado de Pernambuco, Brasil, chamou atenção as orientações dadas pela Polícia Militar e reforçada pelo governador do Estado após vários casos de estupros, que ocorreram em vias públicas na Zona Norte



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

da Cidade. Movimentos sociais feministas denunciaram que tal enfrentamento ao invés de combater a violência sexual, reforçava a cultura do estupro.

Diante disso, cabe problematizar a questão com uma análise estrutural, visto que o fim da violência sexual deve estar atrelado à desconstrução da cultura do estupro; também à uma nova forma de gestar a cidade, tornando-a segura para mulheres. Como horizonte estratégico, destaca-se a necessidade de superação do patriarcado e construção de uma sociedade sem exploração de gênero e classe.

VI. Bibliografia

BRASIL. *Lei Maria da Penha. Nº11.340, de 7 de agosto de 2006*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

PERNAMBUCO. *Evolução anual dos números de vítimas de estupro em Pernambuco por região – Janeiro de 2004 a Dezembro de 2016*. Disponível em: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=bc68c7d9-6818-4594-9aa6-47d332f1ade5&groupId=124015>. Acesso em 20.dez.2017.

RADIS. *NÃO É NÃO: EPISÓDIOS RECENTES DE VIOLÊNCIA EVIDENCIAM A CULTURA DO ESTUPRO NO PAÍS*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Nº166, JUL, 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero patriarcado violência*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2015.